



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal do Espírito Santo
Corregedoria

RELATÓRIO DE GESTÃO DE RISCOS

Unidade	Reitoria
Setor(es)	Corregedoria
Responsável(is) pelo(s) Setor(es)	Layla Gonçalves Hatab Gama

Processo:	23147.001924/2025-21
------------------	----------------------

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

Manual Prático em Gestão de Riscos de Ilícitos Disciplinares da CGU; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFES); Planejamento Estratégico do IFES; Política de Gestão de Riscos do IFES – Resolução Consup/IFES nº 27 DE 18 DE JUNHO DE 2021.

DESCRIÇÃO DO SETOR: A Corregedoria do IFES é uma unidade de correição instituída vinculada ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, conforme o Decreto nº 5.480/2005, e subordinada administrativamente ao Gabinete da Reitoria. Criada pela Resolução CONSUP/IFES nº 60/2019, atua com autonomia e independência, garantindo a integridade e a legalidade das atividades disciplinares no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Sua principal função é a prevenção, detecção e apuração de irregularidades disciplinares e administrativas cometidas por servidores públicos e pessoas jurídicas no âmbito do IFES.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS:

Objetivo 13 Aprimorar a governança institucional

Link (site ou documento eletrônico compartilhado) com o fluxo do processo.	Vide : https://ifes.edu.br/unidades-de-integridade/corregedoria?showall=1
---	--

FLUXO DO PROCESSO (quando ainda não existir fluxo institucional ou no Campus/Reitoria, publicado)

Etapa	Atividade	Setor
1	Fluxos constantes nos links acima.	Corregedoria

Servidores participantes:	Hilbert Sérgio de Andrade, Layla Gonçalves Hatab Gama e Stefany Salino Moschem Cardoso
Coordenação(ões)/Diretoria(s):	Técnico Administrativo, Corregedora Titular e Técnica Administrativa.
Subprocesso:	Ilícitos Administrativos Disciplinares (Gestão Correicional).
Método para identificação dos riscos:	Análise SWOT

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS
Fontes de risco: Pessoas; Processos; Sistemas; Infraestrutura Física; Tecnologia; Governança; Planejamento; Eventos externos.

Riscos Inerentes				Avaliação do Risco			
ID	Riscos	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível	Definição
R#1	Sobrecarga de trabalho e insuficiência de pessoal	Aumento das demandas sem ampliação da equipe; dificuldades na designação de servidores para comissões.	Atraso na tramitação de processos, risco de prescrição, queda na qualidade das análises.	3	2	6	Média
R#2	Falta de capacitação contínua dos servidores da Corregedoria e das comissões processantes	Limitação de orçamento para treinamentos; ausência de programas internos de capacitação.	Erros formais e materiais em processos, maior chance de nulidades e reversões.	2	2	4	Média
R#3	Baixa padronização de fluxos e procedimentos internos	Falta de normativos internos atualizados e de guias operacionais.	Inconsistências na condução dos processos e maior risco de decisões desalinhadas à legislação.	2	2	4	Média
R#4	Dificuldade na disseminação da cultura de integridade e prevenção de ilícitos	Ausência de programas educativos sistemáticos e comunicação ineficaz com a comunidade acadêmica.	Maior incidência de ilícitos disciplinares por desconhecimento das normas.	1	2	2	Baixo
R#5	Desafios no equilíbrio entre transparência e sigilo processual	Conflito entre os princípios da publicidade e proteção de dados sensíveis.	Risco de exposição indevida de informações sigilosas e descumprimento da LGPD.	1	4	4	Média
R#6	Prescrição de prazos processuais	Falhas no monitoramento dos prazos, dificuldade na designação de servidores para compor as CPADS, atraso na instauração e tramitação dos processos.	Extinção da punibilidade, enfraquecimento da imagem da Corregedoria na instituição.	3	5	15	Extremo
R#7	Inconsistências na fundamentação das decisões disciplinares	Falta de análise aprofundada de provas; deficiências na qualificação técnica das comissões processantes.	Nulidade de processos, reversão judicial de penalidades aplicadas.	1	5	5	Média
R#8	Conflitos de interesse na atuação de membros das comissões	Designação de servidores sem observação de eventuais causas de suspeição e de impedimento.	Fragilidade na imparcialidade das decisões, questionamentos sobre a legitimidade das punições.	1	5	5	Média
R#9	Falta de adesão às diretrizes da CGU e normativos internos	Atualizações normativas não disseminadas adequadamente para a equipe e, sobrecarga de trabalho.	Desalinhamento da atuação correccional, risco de recomendações corretivas por órgãos de controle.	2	2	4	Médio
R#10	Baixa efetividade das medidas sancionatórias	Penalidades brandas ou ineficazes.	Desmotivação de servidores que cumprem os normativos legais/éticos, aumento da reincidência de condutas ilícitas.	2	3	6	Média
R#11	Interferências externas na condução dos processos	Pressões institucionais ou políticas sobre as comissões disciplinares.	Comprometimento da imparcialidade e da credibilidade da Corregedoria.	1	3	3	Média
R#12	Inadequação no tratamento de denúncias recebidas	Falta de critérios técnicos na triagem de denúncias; falhas na comunicação com a Ouvidoria.	Arquivamento indevido de denúncias relevantes ou instauração de processos sem justa causa.	1	3	3	Média
R#13	Uso indevido de informações sigilosas	Vazamento de documentos; exposição de dados sigilosos dos envolvidos.	Danos à imagem da instituição, responsabilização por descumprimento da LGPD.	1	5	5	Média

R#14	Falta de monitoramento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs)	Sobrecarga de trabalho, insuficiência de pessoal, ausência de fluxos internos para verificar o cumprimento das obrigações assumidas nos TACs.	Descumprimento de medidas educativas, impunidade e reincidência de condutas irregulares.	2	3	6	Média
R#15	Baixa efetividade das investigações preliminar sumárias (IPS)	Falta de metodologias de apuração estruturadas; ausência de capacitação específica para os presidentes das IPS's.	Investigações superficiais, prescrição processual, inviabilidade de instauração de PAD e retrabalho.	2	3	6	Média
R#16	Baixa efetividade na condução dos processos administrativos disciplinares (PAD)	Falta de capacitação das comissões processantes; demora na tramitação.	Risco de nulidade processual, prescrição de prazos e aumento da sensação de impunidade.	2	3	6	Média
R#17	Falhas na elaboração do relatório final do PAD	Falta de capacitação dos membros de CPAD, fundamentação insuficiente ou inadequada; ausência de análise detalhada das provas; falta de clareza na recomendação de penalidades.	Nulidade processual, reversão de penalidades, retrabalho e aumento do risco de judicialização.	2	4	8	Alta
R#18	Escassez orçamentária	Possíveis cortes no orçamento; falta de repasse de recursos; alocação orçamentária inadequada e baixa prioridade na execução das atividades correccionais.	Impacto na implementação de melhorias e na capacitação da equipe.	2	3	6	Média

MATRIZ DE RISCOS (MAPA DE CALOR)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito alto	R#7R#13R#8		R#6		
	4 Alto	R#5	R#17			
	3 Médio	R#11R#12R	R#10R#14R#15R#16#18			
	2 Baixo	R#4	R#2R#3R#9	R#1		
	1 Muito Baixo					

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES EXISTENTES

ID	Riscos Prioritários	Avaliação do Risco Inerente			Controles existentes	Eficácia do Controle	Multiplicador do Risco Inerente	Nível do Risco Residual
		Probabilidade	Impacto	Nível do Risco Inerente				
R#1	Sobrecarga de trabalho e insuficiência de pessoal	3	2	6	Mapeamento de habilidades e disponibilidade de servidores da Instituição com perfil para atuação disciplinar. Apresentação à Alta Gestão da matriz de risco da unidade correcional.	Fraco	4,2	Risco Médio
R#6	Prescrição de prazos processuais	3	5	15	Uso do e-PAD para controle dos prazos processuais. Monitoramento manual dos prazos críticos. Priorização de processos com risco de prescrição.	Mediano	6	Risco Médio
R#15	Baixa efetividade das investigações preliminares sumárias (IPS)	2	3	6	Planejamento de uma capacitação interna permanente para os presidentes de IPS.	Fraco	4,2	Risco Médio

RESPOSTA AOS RISCOS RESIDUAIS (quando houver riscos residuais a serem tratados)

Data da reunião:	Realização de reuniões bimestrais da equipe interna da Corregedoria para analisar e desenvolver estratégias para eliminar os riscos residuais.
Servidores participantes:	Hilbert Sérgio de Andrade, Layla Gonçalves Hatab Gama e Stefany Salino Moschem Cardoso
Coordenação(ões)/Diretoria(s):	Técnico Administrativo, Corregedora Titular e Técnica Administrativa.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS

Periodicidade de monitoramento	Semestral
Link da planilha pública de monitoramento da Gestão de Riscos	nosso site: https://ifes.edu.br/unidades-de-integridade/corregedoria?showall=1
Local e data:	Vitória, ES, 13 de março 2025.
Assinaturas eletrônicas:	Hilbert Sérgio de Andrade, Layla Gonçalves Hatab Gama e Stefany Salino Moschem Cardoso

Quadro 1 – Escala de Probabilidade			
Descrição	Frequência	Peso	
Muito Baixa	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo.	1	
Baixa	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte de gestores e operadores do processo.	2	
Médio	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3	
Alta	Evento usual, corriqueiro devido à sua ocorrência habitual. Seu histórico é amplamente conhecido pelos gestores e operadores do processo.	4	
Muito Alta	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidentes mesmo para os que conhecem pouco o processo.	5	
Quadro 2 – Escala de Impacto			
Descrição	Impacto Qualitativo nos Objetivos	Peso	
Muito Baixo	Não afeta os objetivos	1	
Baixa	Torna duvidoso seu atingimento	2	
Médio	Torna incerto	3	
Alta	Torna improvável	4	
Muito Alta	Capaz de impedir alcance	5	
Quadro 3 - Avaliação dos controles			
Eficácia do Controle	Situação do Controle Existente	Multiplicador do risco inerente	
Inexistente	Ausência completa de controle	1	
Fraco	Em desenvolvimento; informar; sem disseminação; sem aplicação efetiva; quase sempre falha	0,7	
Mediano	Formalizado, conhecido e adotado na prática; funciona na maior parte das vezes; pode ser aprimorado	0,4	
Forte	Mitiga/Evita o risco em todos os aspectos relevantes; sem falhas detectadas; pode ser enquadrado em um nível de "Melhor Prática"	0,1	
Quadro 4 - Escala para classificação de níveis de Riscos			
Risco baixo	Risco Médio	Risco Alto	Risco Extremo
0 - 2,99	3 - 7,99	8 - 14,99	15 - 25

ANEXO Nº 14/2025 - REI-CORREG (11.02.37.07.01)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/03/2025 17:28)

HILBERT SERGIO DE ANDRADE

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

REI-CORREG (11.02.37.07.01)

Matrícula: 1785100

(Assinado digitalmente em 14/03/2025 17:25)

LAYLA GONCALVES HATAB GAMA

CORREGEDOR

REI-CORREG (11.02.37.07.01)

Matrícula: 2190589

(Assinado digitalmente em 14/03/2025 17:24)

STEFANY SALINO MOSCHEM CARDOSO

AUXILIAR EM ADMINISTRACAO

REI-CORREG (11.02.37.07.01)

Matrícula: 1207369

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **14**, ano: **2025**, tipo: **ANEXO**, data de emissão: **14/03/2025** e o código de verificação: **434f62641c**